

DA MERCADORIA AO CAPITAL FICTÍCIO: REIFICAÇÃO PERMANENTE

FROM COMMODITY TO FICTIOUS CAPITAL: PERMANENT REIFICATION

Rafael DEL'OMO FILHO¹

RESUMO: A reificação das relações sociais aparece em Marx a partir do desenvolvimento da contradição imanente à mercadoria em ser valor de uso e valor, contradição que só se eleva a uma forma superior com o desenvolvimento do dinheiro em sua plenitude. O fetichismo está, assim, diretamente relacionado ao desenvolvimento da forma valor e acompanha seu movimento. Acompanhamos esse processo nos livros I e III de *O Capital*, utilizando, eventualmente, algumas passagens dos *Grundrisse*, partindo das formas mercadoria e dinheiro em que aparecem seus respectivos fetichismos. Conforme se desenvolvem as formas mais abstratas do valor com o capital portador de juros, também a reificação assume uma forma superior seguindo até o máximo de dissociação do processo de produção efetivo com o capital fictício quando o capital se autonomiza de si mesmo como valor capaz de reproduzir a si próprio.

PALAVRAS-CHAVE: Fetiche, reificação, capital, Marx.

ABSTRACT: The reification of social relations in Marx appears from the development of the contradiction inherent in the commodity, namely that of being a particular use-value and value, contradiction that only rises to a higher form with the development of money in its fullness. The fetishism is thus directly related to the development of the value form and follows your movement. We follow this process in books I and III of *Capital*, possibly using some passages of the *Grundrisse*, from the forms goods and money where their fetishisms appear. As they develop the more abstract forms of value with the interest-bearing capital, reification also assumes a higher form following to the maximum dissociation of the production process effectively with fictitious capital where capital becomes autonomous of himself as value able to reproduce itself.

KEYWORDS: Fetishism, reification, capital, Marx.

1 DA MERCADORIA ÀS DETERMINAÇÕES DO DINHEIRO

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A MERCADORIA E A GÊNESE LÓGICA DO DINHEIRO

A escolha da mercadoria como ponto de partida de *O Capital* deve-se a essa forma aparecer como a *célula mater* da economia capitalista, a forma de expressar a riqueza da sociedade burguesa². Marx apresenta a mercadoria em sua totalidade concreta, como coisa, tangível ou não, capaz de satisfazer necessidades humanas de qualquer espécie (“do estômago ou da fantasia”). Concreta porque é “síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”³, pois engendra a contradição em sua unidade, em ser valor de uso e valor, produto de trabalho humano concreto e de trabalho humano abstrato.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho.

² Mario Duayer aponta que, ao final dos *Grundrisse*, Marx já se decidira por partir da mercadoria na exposição do *Capital*, ao utilizar uma frase similar a de sua abertura: “A primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da mercadoria” (DUAYER, M. in MARX, 2011, p. 18-19; 758)

³ MARX, 1999, p.40.

Enquanto valor de uso, o “conteúdo material da riqueza” só pode se realizar na esfera do consumo; como valor de troca, aparece à medida que se trocam valores de uso (“os veículos materiais do valor de troca”). A troca expressa uma relação de similitude que não reside no valor de uso, mas em ser produto do trabalho humano e, “como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores”⁴; ou seja, valor de troca é a forma quantitativa necessária de manifestação do valor cuja substância reside no trabalho, diferenciando-se seu caráter:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.⁵

Para desvendar o mistério do dinheiro – forma que permite movimentar a contradição imanente à mercadoria –, Marx parte da relação de valor mais simples entre duas mercadorias – *forma simples, singular ou fortuita do valor (A)* –, expressa através de dois pólos antitéticos e complementares: a forma relativa (cujo valor é expresso) e a equivalente (através da qual se expressa o valor)⁶. Nessa relação, as mercadorias aparecem como expressão de uma mesma coisa, de uma substância comum, que, como valor, são trabalho humano cristalizado⁷. Afinal, duas coisas diferentes só se tornam quantitativamente comparáveis após sua conversão a algo comum e, somente como expressões de uma substância comum, são grandezas homogêneas e, portanto, comensuráveis.

Uma mercadoria assume a forma de equivalente por ser diretamente permutável por outra; para expressar o valor é *mister* relacionar-se com outra. Nessa forma simples (A) está a forma elementar de manifestação da contradição imanente à mercadoria, a de ser valor de uso e valor. Na relação de equivalente e relativo, duplicados os pares valor de uso e valor, o relativo confronta o equivalente como valor de uso, e o equivalente confronta o relativo como valor. Assim, na forma de equivalente, o valor de uso transforma-se na manifestação de seu contrário, o valor; o trabalho concreto em seu contrário abstrato, e a particularidade do trabalho privado na generalidade do trabalho social. O que significa não ser o valor uma determinação natural da mercadoria, pois, para afirmar-se na generalidade do valor, deve negar-se como particularidade do valor

⁴ MARX, 2008a, p. 60.

⁵ Ibid, p. 68.

⁶ A fórmula “quantidade x da mercadoria A = quantidade y da mercadoria B”, no exemplo de Marx “20 metros de linho = 1 casa-co”. Nessa forma, uma mercadoria representa a forma relativa que tem seu valor expresso através da forma equivalente.

⁷ “Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano, simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes. [...] A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto” (Ibid, p. 73).

de uso: “Como valor, a mercadoria é equivalente; como equivalente, todas as suas qualidades naturais são nela extintas”⁸. Essa é somente a forma embrionária da forma dinheiro; da forma (A) deriva a *forma total ou extensiva do valor* (B)⁹.

Enquanto a forma (A) só existe em estágios primitivos de troca, quando essa é somente ocasional, *fortuita*, a forma (B) ocorre quando alguma mercadoria passa a ser trocada de forma mais habitual. Mas é ainda incompleta, falta ainda uma forma unitária de manifestação do trabalho humano, É daí que se chega à *forma geral do valor* (C)¹⁰, na qual as mercadorias passam a expressar seu valor por meio de uma única mercadoria, o embrião da forma mercadoria-dinheiro. Diferentemente das formas (A) e (B), que somente expressam o valor de uma mercadoria, a forma geral do valor (C) “surge como obra comum das mercadorias”. A mercadoria selecionada para ser o espelho do valor adquire a característica de equivalente geral, capaz de ser diretamente permutável por todas as outras mercadorias. A oposição dos dois pólos antitéticos adquire uma feição clara, duas formas que se opõem e se excluem polarmente, não podendo uma mercadoria ocupar simultaneamente as duas posições. Destacando-se uma mercadoria de todas as demais, assume a forma do valor validade social universal, transforma o equivalente na forma específica da mercadoria-dinheiro, a *forma dinheiro do valor* (D)¹¹. As determinações contrárias da mercadoria, valor de uso e valor, externalizam-se na equação de troca e, por isso, o dinheiro permite fluir esse movimento ao assumir como seu valor de uso ser valor de troca, ser portador de valor e, assim, nessa forma podem todas as mercadorias expressar seu valor, tornando-se a equivalente geral de todas as mercadorias. O dinheiro torna-se o valor autonomizado do valor de uso, uma mercadoria que funciona apenas como valor de troca.

Como diz Marx, n’*O Capital*, a dificuldade em entender o dinheiro está na forma (C), que está na forma (B), que está na forma (A), que está na própria mercadoria¹². A importância, para nós, em demonstrar esse processo da gênese lógica do dinheiro, o processo pelo qual, do equivalente da forma simples do valor (A), desabrocha a “forma acabada do mundo das mercadorias”, reside em que nessa forma acabada está

⁸ MARX, 2011, p. 91

⁹ Por meio de uma série de expressões simples, chega-se à fórmula “x da mercadoria A = y da mercadoria B, = z da mercadoria C, etc.”, no exemplo “20m de linho = 1 casaco, = 10kg de chá, etc.”.

¹⁰ y de B

z de C } x de A

v de D

¹¹ “Ao conquistar o monopólio desse papel de expressar o valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria-dinheiro, e, só a partir do momento em que se converteu em mercadoria-dinheiro, distingue-se a forma D da forma C, (...). A expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria, por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro (...) é a forma preço” (MARX, 2008a, p. 92).

¹² Nos Grundrisse: “O que torna especialmente difícil a compreensão do dinheiro (...) é que, aqui, uma relação social, uma determinada relação dos indivíduos entre si, aparece como um metal, uma pedra, uma coisa corpórea fora deles” (MARX, 2011, p. 183)

aparentemente oculta sua origem na forma social do trabalho humano, isso é, o fetiche da mercadoria¹³:

É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência¹⁴

Assim, passa a ser percebido como natural algo que é socialmente determinado. E o fetiche do dinheiro¹⁵, ainda que derive do próprio fetiche da mercadoria por ser a representação do valor de todas as mercadorias, aparece-nos de forma ainda mais intensa, pois o dinheiro parece ter valor por si mesmo, não aparecendo como forma socialmente determinada e historicamente construída. Disseminadas as trocas, parte da produção passa a girar em função dessas, e o valor se sobrepõe ao valor de uso¹⁶; de vender para comprar, passa-se a comprar para vender, da fórmula M-D-M¹⁷ passa-se à D-M-D. Evidentemente, como aponta Marx, a fórmula D-M-D, comprar para vender, não tem sentido se a forma dinheiro for a mesma no início e ao final. Em M-D-M, trocam-se valores de uso diferentes por valores semelhantes; em D-M-D, só há sentido se o objetivo for crescer mais valor ao final do processo, portanto, D-M-D', a fórmula geral do capital como nos aparece à primeira vista, na qual está oculto o processo de produção de mais valor. Isso faz com que não seja mais o trabalho particular concreto a forma diretamente social, senão a sua negação ao colocar-se como trabalho abstrato¹⁸.

¹³ “O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; [...] as relações entre os produtores nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2008a, p. 94).

¹⁴ Ibid, p. 97.

¹⁵ “Ao se atingir o resultado final, a fase intermediária desaparece sem deixar vestígios. As mercadorias, então, sem nada fazerem, encontram a figura do seu valor, pronta e acabada, no corpo de uma mercadoria existente fora delas e ao lado delas (...). Daí a magia do dinheiro (...). O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante” (Ibid, p. 117)

¹⁶ “A autonomização do valor de troca no dinheiro, destacado dos produtos, corresponde a autonomização da troca (do comércio) como função destacada dos trocadores” (MARX, 2011, p. 97)

¹⁷ Para todas as fórmulas considerar M (mercadoria), D (dinheiro), M' (mercadoria após processo produtivo engordada de mais valor), D' (dinheiro acrescido de mais valor), FT (força de trabalho), MP (meios de produção) e P (produção).

¹⁸ PAULANI, 1991, p. 111.

1.2 DA MOEDA AO DINHEIRO: AS DETERMINAÇÕES DO DINHEIRO ENQUANTO MOEDA

*ce n'est pas que le premier pas que coûte*¹⁹

Até aqui restringimos o dinheiro à mediação das mercadorias, limitado a suas funções de moeda. Ao servir de medida dos valores, permite o movimento da mercadoria como meio de circulação e externaliza a contradição da mercadoria na relação mercadoria-dinheiro. A mercadoria figura como valor de uso em sua forma relativa, e o dinheiro como encarnação do valor em sua equivalência. Essa contradição em movimento só é elevada a um novo patamar quando o dinheiro se sobrepõe à forma mercadoria em sua (contraditória em si) determinação de entesouramento e meio de pagamento e, plenamente como dinheiro, pode configurar-se como dinheiro mundial.

Na primeira determinação de medida do valor (e padrão dos preços) estaria o primeiro imbróglgio contemporâneo à teoria monetária marxiana porque, como medida, precisaria essa mesma forma ter valor, impondo ao dinheiro a condição de mercadoria²⁰. No entanto, com o fim do padrão ouro-dólar, estabelecido em Bretton-Woods, surge uma moeda puramente fiduciária²¹, que entraria em choque com outra afirmação de Marx de que como dinheiro universal “só a exerce a mercadoria dinheiro genuína, o ouro e a prata em sua materialidade”²². Sobre esse tema²³, contentamo-nos em indicar concordância com a defesa de Paulani do movimento dialético da autonomização das formas “verdadeiramente sociais” em Marx (2011), previsto, portanto, como lógica possível na teoria monetária marxiana a partir da retomada do método dialético, ainda que não se responda aqui a natureza atual do dinheiro. Isso posto, retomemos ao desenvolvimento das determinações do dinheiro em Marx.

Como medida dos valores, sua primeira função é servir de espelho ao valor das mercadorias, fornecer-lhes o material para expressar o seu valor e, por meio dessa função, torna-se dinheiro²⁴. Não é o dinheiro que torna as mercadorias comensuráveis, mas o substrato comum de seu valor, a de ser cristalização dum determinado *quantum* de tempo de trabalho, em que o dinheiro, tendo sua origem na troca de mercadorias, assume a função de medida de manifestação do valor, a forma de manifestar-se de seu substrato material, o tempo de trabalho. Apenas expressa valor idealmente, ou

¹⁹ “O caráter puramente simbólico está de algum modo dissimulado nas peças de dinheiro metálicas. Revela-se plenamente no dinheiro papel. *Com efeito, a dificuldade está no primeiro passo*” (MARX, 2008a, p. 153, itálicos nossos).

²⁰ PAULANI, 2011; PRADO, 2012.

²¹ Fato que em si não é inédito na história do sistema monetário internacional. Ver Eichengreen, 2000.

²² MARX, 2008a, p. 171.

²³ Ver PRADO (2012); ROTTA, PAULANI (2009); FOLEY (2005).

²⁴ “O dinheiro é assim, primeiramente, a solução da contradição entre valor de uso e valor imanente à mercadoria. A mercadoria só consegue realizar cada um de seus dois pólos por intermédio de outra mercadoria, mediada, pois, por outra. Toda mercadoria precisa, portanto, de um espelho para se realizar plenamente como mercadoria (realizar seu valor, para poder realizar seu valor de uso)” (PAULANI, 1991, p. 137).

mercadoria e dinheiro seriam a mesma coisa, afinal, não basta dizer o valor; sem a conversão efetiva da mercadoria em dinheiro, o preço não se realiza. Embora como idealização sirva de medida, a realização do preço necessita do equivalente geral. Vale ressaltar que valor e preço não são a mesma coisa. O valor de troca é a forma necessária de expressar o valor, e pode a designação monetária do valor de troca, o preço, dependendo das condições, expressar a magnitude do valor deformado para cima ou para baixo. Nos *Grundrisse*, encontramos:

O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho é somente seu *valor médio* (...). O valor de mercado da mercadoria é sempre diferente (...). O preço das mercadorias situa-se continuamente acima ou abaixo do valor das mercadorias, e o próprio valor das mercadorias existe somente na flutuação dos preços das mercadorias. Demanda e oferta determinam constantemente os preços das mercadorias²⁵

Retomando a primeira determinação, dessa função decorre a de ser padrão dos preços. Como medida, converte os valores da mercadoria para a forma preço – a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria, que traduz o valor em quantidade imaginária da moeda. Como padrão, diz tais quantias em peso de ouro, transforma o peso do metal em medidas. Nova antítese: é medida dos valores por ser encarnação social do trabalho humano; é estalão dos preços por ser peso fixo de metal. Como medida do valor, a medida do trabalho é potencialmente variável; como estalão, quanto menor a variação de suas medidas, mais eficaz sua função. A medida do valor resolve a contradição da mercadoria e não poderia fazê-lo sem legar sua própria antítese de padrão dos preços que acaba por se impor²⁶.

Como indica Marx, a relação mercadoria-dinheiro não encerra as contradições, “mas gera a forma dentro da qual elas podem se mover”. A oposição aparece nos dois pólos como valor de uso da mercadoria e o valor de troca do dinheiro. O valor da mercadoria se expressa no preço que a equipara a seu oponente, o dinheiro, encarnação do valor. Duas metamorfoses opostas se complementam na troca (M-D-M): a mercadoria se converte em dinheiro (M-D) e esse se reconverte em mercadoria (D-M). Para o possuidor da mercadoria, só lhe serve como valor de troca, mas somente proporciona a forma de equivalente geral se “pular de seu corpo para o corpo do ouro”. Para isso, precisa ser valor de uso para o possuidor do dinheiro e assim pode a mercadoria realizar seu “salto mortal”, realizar seu valor para realizar seu valor de uso. Troca-se a mercadoria pela configuração de seu próprio valor expresso no dinheiro. Na venda, não desaparece o valor, apenas muda de forma. Do outro lado, troca-se o equivalente pelo valor de uso. Um único processo, duas operações de cada lado, M-D é simultaneamente D-M. A

²⁵ MARX, 2011, p. 87-88.

²⁶ “o funcionamento do dinheiro como meio de circulação, cuja efetividade pressupõe sua capacidade de expressar de modo simples e comum os valores de todas as mercadorias, impõe sua posição como padrão dos preços” (PAULANI, 2011, p. 58).

segunda metamorfose, compra, é a primeira de outra mercadoria. O processo consiste em dois movimentos opostos e complementares: mercadoria como não valor de uso abandona sua forma pelo equivalente para retornar à sua forma mercadoria como valor de uso. Na compra, supondo-se o consumo do valor de uso, desaparece o valor para o comprador, a menos que esse movimento seja feito no circuito do capital (D-M-D'), na qual o valor não apenas se conserva, mas se cresce.

O dinheiro permite à troca de mercadorias romper as limitações individuais desenvolvendo a circulação de produtos de trabalho humano. Diferentemente do circuito da mercadoria (M-D-M), em que a forma mercadoria constitui início e fim da operação, o curso do dinheiro marca o afastamento constante de seu ponto de partida. Cumpre o papel de meio de circulação, sua segunda determinação, por ser a imagem do valor das mercadorias. Se na primeira determinação temos a idealização, na segunda temos sua realização. Assim, enquanto a mercadoria se realiza ao sair da circulação, o dinheiro permanece nessa esfera, o valor apenas muda de forma. Sai o valor de uso da mercadoria, permanece a representação de seu valor, cada vez mais distante de sua origem.

1.3 DA MOEDA AO DINHEIRO: AS DETERMINAÇÕES DE ENTESOURAMENTO E MEIO DE PAGAMENTO

Na circulação, não é necessário realizar a segunda metamorfose somente por realizar a primeira. Apesar da relativa independência, compra e venda são atos antitéticos que conformam uma unidade. Afirme-se a independência além de seu limite relativo, a unidade há de se impor mediante uma crise. Ou seja, ao mesmo tempo em que rompe limites, abre a possibilidade às crises²⁷. Interrompido o circuito M-D, com a venda a fim de obter e conservar a forma dinheiro, coloca-se a primazia do valor sobre o valor de uso. Como valor, no dinheiro somem as particularidades das mercadorias e ele mesmo pode transformar-se em qualquer mercadoria, dependendo de sua quantidade. Nessa qualidade universal do dinheiro está a origem do entesouramento. Mas em M-D-M, essa primazia é só temporária, entesoura-se o dinheiro retirando-o da circulação para depois retorná-lo a fim de obter quaisquer outras mercadorias. A predominância da forma ainda é da mercadoria. Assim, a terceira determinação do dinheiro só pode resultar da forma da circulação do dinheiro como capital, D-M-D', e nela já está contida sua função de capital²⁸.

²⁷ “Uma vez que a primeira fase da mercadoria é, ao mesmo tempo, venda e compra, esse processo, embora parcial, é autônomo. O comprador passa a ter a mercadoria; o vendedor, o dinheiro, isto é, mercadoria capaz de entrar em circulação a qualquer tempo. Ninguém pode vender sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido. A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos (...). Dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas. Se essa independência exterior dos dois atos - interiormente dependentes por serem complementares - prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise” (MARX, 2008a, p. 140).

²⁸ MARX, 2011, p. 161.

O processo produtivo e o desenvolvimento da circulação separam o uso da mercadoria da realização de seu preço – o famoso “a prazo”. Surgem duas novas figuras: devedor e credor. Somente a promessa de pagamento basta para a transferência da mercadoria. Dessa função de meio de pagamento nasce o dinheiro de crédito, ponto fundamental para o desenvolvimento dos tópicos a seguir. Enquanto o entesouramento retira dinheiro da circulação, o retorno como meio de pagamento ocorre quando a mercadoria já saiu da circulação. Desenvolvendo-se o crédito e a função de meio de pagamento, coloca-se a necessidade de acumular para quitar, e o entesouramento persiste como reserva de meios de pagamento.

O dinheiro deixa de ser simples mediação, configurando-se como a existência absoluta do valor de troca, a “mercadoria universal”. Completou-se, portanto, a autonomização da forma que lhe deu origem, a mercadoria. A dissociação do valor do valor de uso atinge novo patamar, a promessa realiza a metamorfose, a segunda acontece antes da primeira e, ao efetuar-se o pagamento, o dinheiro torna-se a “existência independente do valor de troca, a mercadoria absoluta”²⁹, contradizendo-se com suas determinações anteriores. Nos *Grundrisse*, diz Marx:

O dinheiro *posto* na forma de meio de circulação é *moeda*. Como moeda, perde seu próprio valor de uso; seu valor de uso coincide com sua determinação como meio de circulação (...) Por isso, o dinheiro, em sua terceira determinação como dinheiro *autonomamente* saído da e contraposto à circulação, nega ainda seu caráter como moeda³⁰

A contradição com a primeira determinação, de ser medida do valor e padrão dos preços e de ser agora o valor absolutizado como meio de pagamento, explode em momentos de crise de liquidez do dinheiro quando desvanece o valor das mercadorias: as mercadorias perdem seu valor e o dinheiro é o “porto-seguro do valor”³¹. A própria terceira determinação compõe-se de dois pólos antitéticos: se, como meio de pagamento for rompida sua unidade, impõe-se a negação da circulação com entesouramento, e o aprofundamento dessa contradição se expressa na circulação do dinheiro como capital.

Pode o dinheiro com suas plenas determinações conformar-se como dinheiro universal, pois a maneira de existir do dinheiro torna-se adequada a seu conceito³². Como dinheiro mundial, é meio de compra, encarnação social absoluta da riqueza e predomina como meio de pagamento para liquidar débitos internacionais. Assim, a

²⁹ MARX, 2008a, p. 164.

³⁰ MARX, 2011, p. 169.

³¹ “Na crise, a oposição entre a mercadoria e a forma do valor dela, o dinheiro, extrema-se numa contradição absoluta. Por isso, não importa mais a forma sob a qual apareça o dinheiro. A escassez extrema de dinheiro prossegue, tenham os pagamentos de ser feitos em ouro ou em dinheiro de crédito, em bilhetes de banco, por exemplo” (MARX, 2008a, p. 165).

³² *Ibidem*, p. 169.

circulação mundial exige o entesouramento como fundo de reserva que tem sua origem, no plano nacional, no dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento³³.

2. DO CAPITAL PORTADOR DE JUROS AO CAPITAL FICTÍCIO

2.1 CAPITAL PORTADOR DE JUROS

Já vimos como a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital, e a primeira forma pela qual o capital se apresenta é a forma dinheiro. O dinheiro na qualidade de capital distingue-se pela forma da circulação: em M-D-M, o dinheiro é o intermediário, em D-M-D' é capital. É o próprio valor de troca quem impulsiona o movimento e não o consumo. O valor passa de uma forma a outra, capital é dinheiro e mercadoria. O valor se valoriza e esse movimento o transforma em capital: “Por ser valor, adquiriu a propriedade oculta de gerar valor. Costuma parir ou pelo menos põe ovos de ouro”³⁴. Mas, restrito à circulação, não se cria mais valor, somente realiza mais valia originada na produção, então, em D-M-D' está oculta a fórmula completa desse processo como $D - M \left\{ \begin{array}{l} FT \\ MP \dots P \dots \end{array} - M' - D' \right.$.

Assim, na produção capitalista, o dinheiro é potencialmente capital; pode gerar lucro se aplicado como capital. Não como uma nova determinação do dinheiro, mas como outro valor de uso capaz de se reproduzir e ampliar, de funcionar como capital. E, nessa qualidade de apropriar-se de mais valia, torna-se uma mercadoria singular, *sui-generis*.

Empresta-se dinheiro tendo essa potencialidade pressuposta, é sua premissa. No empréstimo, o proprietário do dinheiro aliena-se do valor de uso do dinheiro de funcionar como capital e conserva seu valor a ser acrescido de juros pela restituição. O pressuposto é que o dinheiro emprestado seja aplicado na qualidade de capital, e o juro é a parte do lucro a ser entregue pelo capitalista que efetivamente aplicou o dinheiro ao seu proprietário original, o prestamista, dono do dinheiro³⁵.

No capital portador de juros, o próprio capital se faz mercadoria, é valor com valor de uso de obter mais valor. Em seu movimento, $D_a - D_b - M - D_b' - D_a'$, ao final

³³ Nesse ponto, afirma Marx que, internacionalmente, o dinheiro precisa sair de sua roupa nacional e retornar à sua forma de mercadoria equivalente geral de metais preciosos. Quando Marx escreve O Capital, a Inglaterra adotava o padrão ouro: “A adoção efetiva do padrão ouro pela Inglaterra foi reconhecida em 1774, quando se aboliu o curso forçado das moedas de prata em transações superiores a 25 libras, e em 1821, quando o mesmo se deu com relação a transações de pequena monta” (EICHENGREEN, p. 35). Internacionalmente, no entanto, vigoravam as décadas finais do bimetalismo, servindo ouro e prata de medida dos valores (ibidem, p. 42-45)

³⁴ MARX, 2008a, p. 185.

³⁵ Nos Grundrisse, diz Marx: “O capital produtor de lucro é o capital real (...) O capital produtor de juro, por sua vez, é a forma puramente abstrata do capital produtor de lucro” (MARX, 2011, p. 753)

do processo, retorna o dinheiro a seu proprietário inicial, acrescido de parte do lucro por ter emprestado dinheiro na qualidade de capital. Disso decorrem duas questões:

1. Como não passa o dono do dinheiro pela mediação pela qual se aplica o capital efetivamente, aparece a “forma conceitualmente vazia do movimento real do capital”³⁶ como D-D’, que esconde seu movimento completo como $D_a - D_b - M \left\{ \begin{matrix} FT \\ MP \dots P \dots \end{matrix} - M' - D_b' - D_a' \right.$ ³⁷. É a fetichização do fetiche. Se antes a relação social se escondia numa relação entre coisas, aqui sequer muda de forma, o “dinheiro faz amor consigo mesmo”. A reificação atinge um novo patamar, o processo desaparece, e o resultado apresenta-se como propriedade imanente à coisa. No fetiche da mercadoria, ao menos a relação social se escondia na troca de diferentes mercadorias com mudança de forma mediada pelo mercado; aqui, reduz-se a uma única coisa capaz de se reproduzir e de se ampliar por si mesma como uma ameiba. O capital se autonomiza da produção mistificado em sua aparente autorreprodução.

2. O lucro bruto divide-se entre a parte do capitalista ativo e o juro do proprietário do dinheiro. Essa divisão quantitativa torna-se qualitativa ao surgirem as figuras do capital como propriedade e do capital como função, ambas com direitos diversos sobre o mesmo capital. Essa divisão qualitativa de categorias acaba por se impor ao conjunto da classe capitalista, mesmo quando as duas coincidem na mesma pessoa, que passa a representar dois papéis com direitos distintos sobre o lucro: o juro da propriedade e o lucro do empresário. Como duas categorias antinômicas do lucro, esquece-se que ambas têm origem comum na exploração de mais valia³⁸, ou seja, compõem uma unidade.

Aparece a propriedade do capital autonomizada da produção efetiva, como se a coisa em si fosse capaz de gerar mais valor, aparência que se origina na irracionalidade da forma D - D’ do capital portador de juros³⁹. Dessa propriedade natural da coisa, o entesouramento pode atingir seu esplendor: aplicado como capital portador de juros, cresce o tesouro por si mesmo.

2.2 CRÉDITO E CAPITAL FICTÍCIO

Na terceira determinação do dinheiro, vimos como da função do meio de pagamento se originam as figuras de credor e devedor e o dinheiro de crédito. A própria

³⁶ MARX, 2008b, p. 465.

³⁷ A empresa dinheiro a B que o emprega produtivamente com as mercadorias força de trabalho e meios de produção produzindo uma mercadoria com mais valor que se reconverte à forma dinheiro com mais valor para A que paga B.

³⁸ Ibidem, p. 504.

³⁹ Essa questão retornará ainda mais intensa, no ponto do capital fictício, ao distinguir o valor da propriedade do título de uma ação de seu capital real.

promessa escrita de pagamento funciona como meio de circulação no comércio e se absolutiza quando na compensação não precisa aparecer o dinheiro em espécie. Esses adiantamentos permitem formar uma gigantesca rede de crédito, do produtor da matéria prima ao consumidor. Todas as transformações desse trajeto podem ser simplificadas compensando-se promessas, só aparecendo o dinheiro para resolver as diferenças. O capital de comércio de dinheiro é capaz de administrar essa série de procedimentos e se desenvolve ao associar o manejo do dinheiro às funções de negociar o crédito, de tomar e conceder empréstimo. O desenvolvimento do sistema bancário permite à circulação funcionar sem precisar do dinheiro, facilita e acelera colossalmente a circulação: “O objetivo dos bancos é facilitar os negócios. Tudo o que facilita os negócios facilita a especulação”⁴⁰.

Acelerando-se a circulação, cresce a disposição em acelerar a produção para conseguir adiantamentos. Como observa Engels, no capítulo “XXV - Crédito e Capital Fictício”, do terceiro livro, a especulação aparece como antessala de uma crise de superprodução. O crédito acelera a circulação de mercadorias, a circulação monetária e ainda do capital, ou seja, toda a reprodução capitalista, mas, ao separar compra e venda, permite desenvolver a especulação e as crises de superprodução, as formas pelas quais a unidade se impõe.

No banco, os depósitos bancários não ficam paralisados: A faz um depósito e recebe um comprovante, duplica-se o dinheiro com o título do depósito; o banco, por sua vez, empresta esse montante a B, que emite uma promessa de restituição e novamente duplica-se o dinheiro com o título da dívida; B utiliza o dinheiro para pagar outro banco que pode prosseguir esse movimento. Assim, um montante original gera vários títulos que não têm existência efetiva. Com o crédito, o próprio entesouramento que se supõe a materialidade do caixa forte do tio patinhas é ilusório: “No sistema de crédito, tudo se duplica e triplica e se converte em pura fantasmagoria, e o mesmo se aplica ao fundo de reserva, onde se esperava finalmente encontrar algo sólido”⁴¹.

A fonte das formas irracionais, a forma mistificada do capital portador de juros, origina o princípio da capitalização atribuindo qualquer rendimento monetário a algo que não é necessariamente capital. Os títulos da dívida pública são um exemplo claro: uma quantia emprestada ao Estado não será aplicado como capital (forma capaz de conservar e ampliar o valor) e, com o seu gasto, desaparecerá como valor. No entanto, o proprietário do título terá o direito de receber uma parte da receita do Estado como juro, mas o capital que o originou nunca existiu enquanto tal, é ilusório.

⁴⁰ Gilbert apud Marx, 2008b, p. 539.

⁴¹ MARX, 2008b, p. 625.

O caso do título de ações é particularmente interessante. Primeiramente, o desenvolvimento de sociedade por ações completa a separação entre juro e lucro do empresário, do capital como função e do capital como propriedade. Ademais, seu rendimento provém da propriedade do capital empregado de forma a gerar mais valor. O valor das ações representa a expectativa de realização de mais valia futura. Sua flutuação é, portanto, especulação sobre rendimentos esperados. Não é um capital simplesmente ilusório, mas tampouco é duplo capital como valor-capital das ações e como o capital efetivo. No entanto, o movimento autônomo do valor dos títulos, por serem mercadoria, permite a aparência de serem os títulos em si capital ao lado do capital originário. Tanto o título da dívida, que não representa capital algum, como a regulação do valor de títulos de ações independente do capital efetivo são capital puramente fictício.

2.1 A REIFICAÇÃO COMPLETA

Chegamos ao mais elevado grau do fetiche, da autonomização completa das relações sociais ao se desprender de qualquer vestígio da produção, com o próprio capital se autonomizando de si mesmo devido ao capital portador de juros e ao princípio da capitalização. Percorremos um processo pelo qual as relações sociais efetivas ocultaram-se sempre mais até praticamente desaparecerem; do fetiche da mercadoria, em que a relação social dos produtores escondia-se numa relação entre coisas ou sua forma mais visível e ofuscante, ao fetiche do dinheiro; pela “relação capitalista reificada na forma do capital portador de juros”⁴² na qual, pela fórmula vazia de conteúdo, a relação social escondia-se na relação da coisa consigo mesma sem mediação, mas ainda nessa forma, tratava-se de omissão do processo intermediário. Agora, é simplesmente fictício, o princípio de capitalização gera a renda a partir de um valor que não é empregado como capital, desaparecendo “o último vestígio de conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo” (Ibidem, p. 618).

Só se chegou a tal estágio devido à irracionalidade da fórmula do capital portador de juros e esse, por sua vez, somente foi possível pelo dinheiro em sua forma acabada com todas as suas determinações, originado, por sua vez, da própria mercadoria, ou seja, da contradição da unidade da mercadoria, entre ser valor de uso e valor elevado a um novo patamar em sua relação com o dinheiro. Tal movimento é acelerado pelo dinheiro em sua plenitude por meio do desenvolvimento do crédito até transcender o limite da unidade e, de sua potencialidade de ser capital, lega-nos a forma do capital portador de juros. É, portando, da própria forma dinheiro, em

⁴² Marx 2008b, cap. XXIV

sua plenitude de determinações, que chegamos ao capital fictício e à consolidação do capital como autômato que se valoriza por si próprio, independente do processo e das relações sociais. Como diz Marx, a dificuldade em compreender que o dinheiro esteja na forma (C), que por sua vez está na (B), e esta na (A), reside na própria mercadoria; aqui também a reificação se completa, a coisa que se valoriza autonomamente à produção, independente do processo de valorização do capital, retoma esse movimento a nosso ponto de partida: a forma mercadoria.

REFERÊNCIAS

- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do capital - Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- FOLEY, D. *Marx's theory of money in historical perspective*. In Moseley, F. *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. 2005. Palgrave Macmillan, Hampshire. Disponível em: <<http://ioakimoglou.net/firms.com/resources/Lesxi-Kataskopwn/Marx-on-Money.pdf>>
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1999.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- PAULANI, Leda M. *Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito*. São Paulo: FEA/USP. Tese de doutoramento, 1991.
- PAULANI, Leda M. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentário sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: Revista *EconomiA*, 2011, vol. 12, p. 49-70.
- PRADO, Eleutério F. S. *Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível*. Retirado da internet em <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/03/baixar-texto-26.pdf>>. Acesso em 10 de Julho de 2012.
- ROTTA, T. N.; PAULANI, L. M. A teoria monetária de Marx: *Atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo*. In: Revista *EconomiA*, 2009, v. 10, p. 609-633.

